

A NAÇÃO AMADA, A NAÇÃO FUSTIGADA: PERCURSOS, RACIONALIDADES E VARIAÇÕES DA HISTÓRIA COMPARADA

Elio Chaves Flores¹
Universidade Federal Fluminense
Universidade Federal da Paraíba

Recebido: 05/01/2015 Aprovado: 10/11/2015
--

Resumo: O presente artigo relata a historicidade dos estudos comparados a partir de dois movimentos epistemológicos. O primeiro, “do viés contrastivo ao método comparativo”, aborda os primeiros estudos comparados do século XIX, iniciados pelos estudos da linguagem até a concepção sociológica de Émile Durkheim ao nomear “o método das variações concomitantes”. O segundo movimento, “do método comparativo à história comparada”, discute a afirmação dos dois grandes paradigmas comparatistas da historiografia contemporânea, “comparar o comparável”, pela expressividade de Marc Bloch (primeira metade do século XX) e “comparar o incomparável”, através da construção da antropologia histórica de Marcel Dietenne (segunda metade do século XX). No ensaio, procura-se responder a uma hipótese problematizadora que, a rigor, revela como e por que o método comparativo foi recebido e praticado de forma excessivamente cautelosa pelas correntes historiográficas nacionais até, pelo menos, a década de 1960.

Palavras-chave: Historiografia; História Comparada; História Contemporânea.

BELOVED NATION, BUFFETTED NATION: PATHWAYS, RATIONALITIES AND VARIATIONS OF COMPARATIVE HISTORY

Abstract: This article reports the historicity of comparative studies from two epistemological movements. The first, "from contrastive bias to comparative method" addresses the first comparative studies of the nineteenth century, initiated by studies of language to the sociological conception of Émile Durkheim in naming "the method of concomitant variations." The second movement, "from the comparative method to the comparative history", discusses the statement of the two major comparatist paradigms of contemporary historiography, "comparing the comparable" by the expressiveness of Marc Bloch (first half of the twentieth century) and "comparing the incomparable" by building the historical anthropology of Marcel Dietenne (second half of the twentieth century). In the essay, we seek to answer a problematical hypothesis that, strictly speaking, reveals how and why the comparative method was received and practiced so overly cautious by national historiographical currents up to at least the 1960s.

Keywords: Historiography; Comparative History; Contemporary History.

¹ Endereço: Av. Argemiro de Figueiredo, 1819, Apto. 401. Bessa - João Pessoa-PB - CEP 58037-030.
E-mail: eliochavesflores@gmail.com.

Ao leitor curioso diante de sua problemática, o historiador dos *Annales* [André Burguière] toma o cuidado de lembrar várias vezes que ele privilegia uma abordagem comparatista, fiel aos ensinamentos de Marc Bloch. Convidado também à crítica, seu leitor se perguntará se a dupla “precocidade” [os “mistérios” da Nação e do Estado francês] alegada foi objeto de um questionamento conceitual, se foi posta em perspectiva, por exemplo, com outras nações que, há mais de um século, reivindicam também uma “singularidade” forte, como o Japão, a Inglaterra, a Alemanha, o México ou o Peru dos Peruanos. Parece que uma abordagem comparatista, de preferência *entre historiadores e antropólogos*, poderia ser útil para ver e analisar como se molda um objeto do tipo “História nacional”.

Marcel Detienne, *L'identité nationale, une énigme*.²

Pode-se dizer que há duas “tradições modernas” nos estudos comparados e na utilização do método comparativo. Os estudos comparados têm origens na linguística do século XVIII que começa a realizar “estudos históricos” da linguagem com o objetivo de comparar línguas, buscar semelhanças e, também, classifica-las. Com efeito, essa abordagem histórica da linguagem se consolidará nas primeiras décadas do século XIX com a ampliação de pensadores e obras que desenvolveram a “linguística histórico-comparativa”. Pode-se lembrar dos nomes do alemão Wilhelm von Humboldt (abordagem filosófica) e do dinamarquês Rasmus Rask (abordagem comparatista) que imprimiu os primeiros passos em “direção à Gramática Comparativa”.³

Foi ainda na primeira metade do século XIX que os estudos de viés comparatista extrapolaram os “estudos da linguagem” e invadiram outros campos como a economia política, a antropologia, a história e a sociologia. Nesses campos não se formaram correntes como a Linguística Comparada, mas avançam abordagens na busca de similitudes, semelhanças e pareências assim como contrastes, diferenças e distanciamentos de processos, eventos e fenômenos pelos “feitos e ditos” dos povos e seus “regimes de historicidade”. No texto de fundação da linguística moderna, *A Vida da Linguagem* (1875), de William Dwight Whitney, que defendeu a tese, então original, de que “a língua é uma instituição social” foi pensado o parâmetro perigoso de se estudar os fatos encerrados nas suas próprias

² DETIENNE, Marcel. *L'identité nationale, une énigme*. Paris: Gallimard, 2010.

³ CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da Linguística*. [1975]. Tradução: Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Prefácio: Albertina Cunha. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 37-42.

manifestações. Whitney já alertava para as rugosidades e escaras nacionais num tempo em que a historiografia corria atrás de inventar passados nacionais:

Não há relações que as línguas não possam dispensar: há apenas aquelas que surgem mais naturalmente ou aquelas cuja expressão é mais útil na prática e que apenas são percebidas pelo estudo geral das línguas. Nossas preferências nacionais são o fruto da educação e não podem servir de guia nessa apreciação.⁴

Dois anos depois dessas considerações publicadas, Ferdinand de Saussure leria suas “memórias” na Sociedade Linguística de Paris onde comparava e se consolidava como pesquisador dos “estudos indo-europeus” ao ponto de se tornar professor da cadeira de Gramática Comparativa na École Pratique des Hautes Etudes (1881-1891). Na última fase de sua vida, já no século XX, Saussure pensaria, a partir dos seus **Cursos de Linguística Geral** (1907-1911), que “as ciências que operam com valores” possuem uma “dualidade interna” inescapável que pode ocasionar “rotas divergentes”. Mas se trata de um “sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes”, digamos entre “um significado e um significante”. A rigor, pode-se vislumbrar isso tudo em dois eixos, o primeiro horizontal e, o segundo, vertical, que se interseccionam: o “eixo das simultaneidades, concernentes às relações coexistentes” e, o “eixo das sucessões”, onde estão “situadas todas as coisas do primeiro eixo com suas respectivas transformações”.⁵ Com efeito, em torno da linguística geral, Ferdinand de Saussure opera a diferença entre as “dualidades” (duas ordens) e essa diferença é largamente ilustrada por comparações até chegar aos caminhos “linguagem/língua/fala/sincronia/diacronia”. Saussure alerta para as consequências da “confusão entre sincrônico e diacrônico” e indaga se não existiria “um ponto de vista pancrônico”, isto é, “relações que se verificam em toda parte e sempre?” O autor alude ao estudo histórico, entre séculos e lugares, “em toda parte se opera com fatos similares, que bastaria aproximar para estabelecer as verdades

⁴ WHITNEY, William Dwight. **A Vida da Linguagem**. [1875]. Tradução e Prefácio à Edição Brasileira: Marcio Alexandre Cruz. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 205.

⁵ SAUSSURRE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. [1916]. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro blikstein. 34^a. ed. São Paulo: Cultrix, 2012. p. 120-21.

gerais de ordem diacrônica”.⁶ Talvez seja por isso que os historiadores, mesmo os comparatistas blochianos, sintam calafrios ao ouvirem a expressão “linguística geral” e o impronunciável nome de seu autor.

Essa inserção aos estudos comparados da linguagem tentou mostrar que o viés comparativo vai se afirmando como abordagem metodológica no decorrer da segunda metade do século XIX e, mais especificamente, no final do século começarão as primeiras reflexões sobre o método comparativo propriamente dito. Mas isso seria levado adiante a partir da premissa do nacional, ou melhor, da invenção da “consciência nacional” com seus três grandes pés de ferro: cemitérios, orações fúnebres e ensinos de história. Não por acaso, a “imaginação histórica do século XIX”, de autores cujos campos apenas eram definidos por “ciências do espírito” (ciências culturais), seria tentada a experimentar o viés comparativo e mesmo fundar o “método comparativo” em que os “comparáveis nacionais” nasciam das sociedades de classes e da “categoria de historicidade”.⁷

Do Viés Contrastivo ao Método Comparativo

A tradição dos estudos marxistas parece ser rica em apontar realidades, acontecimentos e protagonismos humanos a partir de análises contrastivas. Não seria problemático afirmar que a obra mais historiográfica de Karl Marx, **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte** (1851-52), foi escrita na lógica de um quadro comparativo. Podem-se apontar algumas nuances ou rastros dessa dimensão historiográfica: as cenas da história se repetem, pelo menos, duas vezes (tese que Marx toma emprestada de Hegel), “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”; os acontecimentos contrastados são a revolução jacobina de 1793-95

⁶ O autor arrisca dois exemplos historiográficos. O primeiro é moderado: “existe uma ciência descritiva do Direito e uma história do Direito; ninguém opõe uma à outra. A história política dos Estados se move inteiramente no tempo; entretanto, se um historiador traça o quadro de uma época, não se tem a impressão de sair da História. Inversamente, a ciência das instituições políticas é essencialmente descritiva, mas pode muito bem, às vezes, versar uma questão histórica sem que sua unidade seja perturbada”. O segundo exemplo é radical: “a Economia Política e a História Econômica constituem duas disciplinas claramente separadas no seio de uma mesma ciência (...) numa, um trabalho e um salário; na outra, um significado e um significante”. SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**, Op. Cit., p. 120-142. Como se sabe, “Os Cursos de Linguística Geral” foram anotados por alunos de Ferdinand de Saussure e somente seriam publicados depois de sua morte, com o título **Curso de Linguística Geral**, cuja primeira edição francesa é de 1916. A primeira edição brasileira viria a lume 54 anos depois, portanto, em 1970.

⁷ DETIENNE, Marcel. **A Identidade Nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 16.

(tragédia) com a revolução liberal de 1848-1851 (farsa); e, aos sujeitos políticos, desde o título, das primeiras às últimas páginas, as distâncias e aproximações são constantes entre Napoleão, o tio (trágico imperador) e Luís Bonaparte, o sobrinho (farsante). Marx conclui o primeiro capítulo sugerindo que o regime político cesarista produz a sua própria paródia.⁸ No prefácio à segunda edição da obra (1869), o próprio Marx separa seu estudo aos que imediatamente lhe sucederam, **Napoleão, o pequeno** (de Victor Hugo) e **Golpe de Estado** (de Pierre Joseph Proudhon), comparando-os aos escritos dos “historiadores objetivos”. Com efeito, Marx se distancia dos historiadores objetivos a partir de uma posição contrastiva (e comparada): “Em contrapartida, eu demonstro como a *luta de classes* na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel de herói”.⁹ Mas seria errôneo afirmar que as observações contrastivas desses escritos marxianos fundassem um método específico no campo da economia política ou da “literatura comunista”.

Na obra política mais difundida dos escritos de Marx, **O Manifesto Comunista** (1848), o tropos comparatista vai ser a tônica desde o início: “burgueses e proletários”; “proletários e comunistas”; “literatura socialista e comunista”; “comunistas e partidos de oposição”. As várias análises que se fizeram do Manifesto nos 150 anos de sua redação não me parecem atentar para essa característica.¹⁰ Peter Burke observa que “o método comparativo de Marx, Comte, Spencer, Durkheim e outros estudiosos do século XIX consistia essencialmente em identificar o estágio alcançado por uma sociedade específica, em colocá-lo na escala da evolução social”.¹¹ Por isso que não concordo com Peter Burke na designação “método comparativo” para Marx e “outros estudiosos do século XIX”. Trata-se na verdade de um “viés comparativo”, uma observação de soslaio de um olhar autóctone em relação às “províncias europeias” ou aos povos originários dos outros continentes. Procuro demonstrar mais adiante que o “método comparativo”

⁸ MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 25-37.

⁹ MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, Op. Cit., p. 11-19.

¹⁰ Tais análises podem ser lidas na edição brasileira, MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e Introdução: Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 87-254.

¹¹ BURKE, Peter. **Sociologia e História**. Porto: Afrontamento, 1980. p. 30; ___. **História e Teoria Social**. São Paulo: Unesp, 2012. p. 48.

é da lavra de Émile Durkheim que o nomeará, em definitivo, como “o método das variações concomitantes”.

O historiador mais comentado do século XIX foi Leopold von Ranke que, fez do seu século, o “século da história” e, desde aquele tempo, vem sendo adjetivado com muitas marcas, entre elas as de metódico, objetivista, positivista. Ao que parece, nenhum comentador ou cientista especialista da “escola metódica” considerou Ranke um comparatista. Com efeito, o jovem Ranke que, em 1824, escreve sua **História dos Povos Românicos e Germânicos** alegava escrever “apenas histórias e não história”.¹² Depois, o maduro Ranke do primeiro volume da **História Universal** (1881) não se eximiu de contrastar Heródoto e Tucídides os “dois fundadores de toda ciência e arte histórica”.¹³ Como lembra-nos Sérgio da Mata, estamos no século XIX, o século que à distância de seu futuro, será nomeado o século da história: “Heródoto e Tucídides não eram para ele e para seus contemporâneos apenas os iniciadores da *Historie*, eles eram verdadeiros arquétipos”.¹⁴

Entretanto, as pinceladas comparatistas de Ranke eram experimentadas desde a sua juventude para pintar dois ou mais campos de saberes numa tentativa metódica da “apreensão historiográfica da história”.¹⁵ No ensaio, “O conceito de história universal” (1831), Ranke inicia suas reflexões contrastando primeiramente ciência e arte, para depois diferenciar história, filosofia e poesia. É digno de nota que o duro e hermético (mais adjetivos) Ranke inicie o seu ensaio com essa frase: “A História se diferencia das demais ciências porque ela é, simultaneamente, uma arte”. Essa diferenciação observada precisaria ser explicada e veio dessa forma: “Ela é uma ciência na medida em que recolhe, descobre, analisa em profundidade; e arte na medida em que representa e torna a dar forma ao que é descoberto, ao que é aprendido”. Ao argumentar que outras ciências apenas registram as suas descobertas, Ranke alega que a história, além de registrá-las, é

¹² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 53.

¹³ RANKE, Leopold von. Heródoto e Tucídides. **História da Historiografia**, n. 6, p. 252-259, mar. 2011.

¹⁴ MATA, Sérgio da. Ranke reloaded: entre história da historiografia e história multiversal. **História da Historiografia**, n. 6, p. 247-251, mar. 2011.

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 161-188.

capaz de recriá-las. Dito isso, o nosso magno historiador passa a enfatizar que, enquanto ciência, a história se aproxima da filosofia e, enquanto arte, sua proximidade é com a poesia. Observe-se o comparado de Ranke: uma cena ocorrida no tempo pode ser vista pela filosofia a partir do “núcleo do ser”, pois a filosofia é, para a história, “história também”; o passado pode ser reconstituído pela poesia, pois “também ela seria história”. Entretanto, por estar condicionada pela empiria “é que a história se diferencia da poesia e da filosofia”. Donde se segue a explicação de que “a história não é nem uma coisa nem outra”, mas sim a ciência-arte que promove “a síntese das forças espirituais atuantes na poesia e na filosofia”. Um dado comparatista parece denotar em Ranke uma espécie de etnocentrismo, traço que seria marcante em toda a historiografia europeia desde o Oitocentos. Ele expõe a “teoria” de que a apreensão do real (história) foi possível, antes dele, numa única historicidade, a do helenismo clássico (a Grécia desde Heródoto), e enceta um comparativo universalista, pois sabemos de larga data que Ranke não pode ser adjetivado de nacionalista: “Há nações que não possuem a capacidade para apoderar-se desse elemento. Os indianos possuíam Filosofia e poesia; todavia lhes faltava a História [*Geschichte*]”.¹⁶ Num outro século, que é o nosso, já se compara fora desse parâmetro: Grécia, “Discurso sobre os Começos”, digamos Autoctonia; e, na Índia bramânica, “Sociedades sem pessoa”, digamos o “Absoluto radicalmente impessoal”.¹⁷

Ainda no final do século XIX, ao disputarem espaço acadêmico e recursos públicos com os historiadores, os sociólogos não deixaram de se fixar no desenvolvimento do método comparativo. Émile Durkheim esboça importante reflexão no seu clássico **As Regras do Método Sociológico** (1895). Na obra referencial, Durkheim emplaca um capítulo sobre a elucidação das regras a partir da pergunta “Que é fato social?” A regra fundamental, relativa “à observação dos fatos sociais”, exige que se tratem “os fatos sociais como coisas”. Depois se

¹⁶ RANKE, Leopold von. O conceito de história universal. In: MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 202.

Sobre o “historismo rankeano”, ver o texto clássico HOLANDA, Sergio Buarque. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. In: _____. **Ranke: História**. São Paulo: Ática, 1979. p. 7-62. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

¹⁷ DETIENNE, Marcel. **A Identidade Nacional, um enigma**, Op. Cit., p. 18, 25.

sucedem mais quatro conjuntos de regras: as relativas “à distinção entre o normal e o patológico”; “à constituição dos tipos sociais”; “à explicação dos fatos sociais”; e, por último, “à administração da prova”. Durkheim advoga, nas suas regras, a utilidade teórica das distinções, analogias, agrupamento de fatos, as causalidades variadas, as associações morfológicas, etc. Mas será no último capítulo (VI), em três pequenas partes, que o método comparativo aparece como o método da “administração da prova em sociologia”. Por isso, vale a pena tentar encontrar o percurso comparatista do autor e traduzi-lo para a linguagem historiográfica.

Émile Durkheim apresenta o método comparativo com muita convicção e, de saída, vai chamá-lo de “método da experimentação indireta”. Veremos depois que ele se definirá por outra nomeação. Que venha, primeiro, a convicção durkheiminiana:

Não temos senão um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro, e é comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende do outro.¹⁸

De fato, se a explicação sociológica consiste em “estabelecer relações de causalidade”, então Durkheim não deixa por menos e diz que “o método comparativo é o único que convém à sociologia”. Ao finalizar essa primeira parte das “regras relativas à administração da prova”, Durkheim coloca uma dificuldade para a historiografia na medida em que engessa a noção de causalidade. Ele afirma que, para se desejar a cientificidade do método comparativo, seria preciso tomar por base a seguinte proposição: “A um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa”.¹⁹

Na história política isso pode ser dito assim: o estabelecimento de uma ditadura sempre levará à repressão. Na história econômica a escassez de produtos

¹⁸ DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. [1895]. Tradução: Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. p. 109.

¹⁹ DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**, Op. Cit., p. 110. Durkheim exemplifica com seus temas de pesquisa. Para ele, “se o suicídio depende de mais de uma causa, é porque, em realidade, existem várias espécies de suicídios. O mesmo acontece com o crime”. Para outras exemplificações, o autor remete à sua tese de doutorado em sociologia, **Da Divisão do Trabalho Social** (1893).

agrícolas tem como fato imediato o aumento de preços na cesta de alimentos. Para a história social da cultura as coisas se complicam, mas que se pense nisso: o colonialismo e o racismo geraram a poesia negra emancipatória e jacobina e disso foi possível inventar um conceito, a negritude. Se para Durkheim o conteúdo básico da sociologia deveria ser a história, as causalidades históricas não soariam estranhas às tradições intelectuais oitocentistas. Os defensores do “ofício de sociólogo” diriam que se trata de uma dupla concepção: “A natureza como invariante psicológico e o paralogismo da inversão entre efeito e causa”.²⁰

Émile Durkheim critica alguns processos do método comparativo, os quais designa como “resíduos, concordâncias e diferenças”. O autor se mostra cauteloso com o que se chamaria de “comparatismo universal” e a complexidade dos fatos sociais. Realista, ele afirma que não é possível realizar um inventário completo, “nem mesmo aproximadamente completo”, dos fatos de uma sociedade ou de sua historicidade. É seguido dessa argumentação que Durkheim encontra a definição, riquíssima de significados, para o método analisado: “o método das variações concomitantes”. A sua explicação chega a ser efusiva, tal qual uma descoberta: “O simples paralelismo dos valores pelos quais passam dois fenômenos, desde que tenha sido estabelecido num número suficiente de casos bastante variados, é prova de que existe entre eles uma relação”.²¹ Na sequência, Durkheim apresenta mais uma razão para a aplicação do método encontrado ao discutir a “quantidade” dos fatos comparados. Para ele, essa premissa seria fundamental para se evitar amontoar documentos sem escolhê-los e criticá-los: “Não sendo possível encontrar duas sociedades que não difiram, ou não se assemelhem senão num ponto, pode-se pelo menos constatar que dois fatos, em geral, ou se acompanham ou se excluem”. Com essa razão, Durkheim não hesita em anunciar que “o método das variações concomitantes é o instrumento por excelência das pesquisas sociológicas”, isso por que o “método das variações concomitantes não nos obriga nem a enumerações incompletas, nem a observações superficiais”.²² Na terceira e última parte do capítulo VI, Émile Durkheim se aproxima da história ao falar do campo de

²⁰ BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 151.

²¹ DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**, Op. Cit., p. 111-114.

²² Ibidem. p. 115-116.

comparações a partir de séries comparáveis designadas por “sociedades da mesma espécie” e “sociedades distintas”. Talvez se pudesse dizer, hoje, “sociedades europeias”, “sociedades asiáticas”, “sociedades africanas” e poder comparar os seus diversos desenvolvimentos, ultrapassando os paralelismos de “variações isoladas”. A convicção de Durkheim é tanta que, para ele, a sociologia comparada, constitutiva desse método, não seria mais um ramo da sociologia, mas seria “a própria sociologia”, pois assim ela deixava de ser simplesmente descritiva e se tornava capaz de “explicar os fatos”. Durkheim não deixa de apresentar uma perspectiva comparatista para os historiadores ao sugerir, no final, que “as sociedades se comparam no mesmo período de seu desenvolvimento”.²³

No prefácio à segunda edição (1901) de **As Regras do Método Sociológico**, Émile Durkheim, ao procurar distanciar criticamente a psicologia (representações individuais) da sociologia (representações coletivas), evoca a necessidade de pesquisadores e pesquisas que ultrapassem generalidades e imprecisões. Ao se autoproclamar “sociólogo racionalista”, nesse mesmo prefácio, Durkheim parece abrir as portas para a antropologia histórica (história cultural hoje?) ao apontar um programa de estudos comparados, pois seria “necessário procurar”, segundo o autor, “através da comparação dos temas míticos, das lendas e das tradições populares, dos idiomas, de que modo as representações sociais se atraem e se excluem, fusionam-se umas com as outras, ou se distinguem”.²⁴ As representações individuais e coletivas seriam analisadas comparativamente por Durkheim num ensaio publicado na **Revue de Métaphysique et de Morale**, três anos após a publicação de **As Regras do Método Sociológico**. É de se notar que o autor começa defendendo a *analogia* como procedimento de ilustração e de verificação. Veja-se o seu argumento: “a analogia é uma forma legítima de comparação e a comparação é o único meio prático de que dispomos para conseguir tornar as coisas inteligíveis. (...) A vida coletiva, como a vida mental do indivíduo, é feita de

²³ DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**... Op. Cit., p. 121.

²⁴ DURKHEIM, Émile. Prefácio da Segunda Edição. In: __. **As Regras do Método Sociológico**, Op. Cit., p. XIX-XXXIII.

representações; é portanto presumível que representações individuais e representações sociais são, de alguma maneira, comparáveis”.²⁵

A importância disso tudo seria observada no ensaio seminal sobre a história comparada, escrito pelas pesquisadoras Neyde Theml e Regina Maria da Cunha Bustamante, no início desse novo século, inaugurando um novo campo historiográfico no Brasil: “O comparativismo de Durkheim marcou a linguística e a literatura comparadas francesas e historiadores como Marc Bloch”.²⁶ Não seria incorreto também afirmar que o próprio Durkheim teria sido influenciado pela linguística comparativa que, a rigor, foi contemporânea à física social comtiana. Então, já se sabia que o mundo é “dramático e conflituoso” e sua verdade não deixa de ser “fria e desoladora” no trânsito das realidades econômicas e das lutas por recursos e poderes sociais. Durkheim comparatista é o mesmo que faz verter, para além do “mundo cotidiano de nossas crenças comuns” aquilo que descobrimos por trás das ideologias, “uma realidade ainda mais duramente mundana”. Trata-se, portanto, de uma formidável “tradição sociológica”.

As observações de Randall Collins, autor do imprescindível livro, **Quatro Tradições Sociológicas** (1991), explicam como Durkheim foi montando a sua perspectiva comparativa: “A tarefa de Durkheim consistiu em tornar a sociologia intelectualmente respeitável na comparação com as demais áreas acadêmicas. Ele fez isso articulando sua formação em filosofia que o capacitara para fazer generalizações teóricas, com análise de materiais empíricos, que ele tomou das pesquisas realizadas por sociólogos não especializados. De Quetelet, ele se apropriou dos estudos sobre as taxas de suicídio, mas trabalhou segundo o método mais científico, de realizar comparações sistemáticas e estabelecer causas e correlações. Com os historiadores, como seu professor Fustel de Coulanges, ele aprendeu a importância de comparar códigos legais, estruturas familiares e a observar suas conexões com as diferentes formas de organização social. Nas pesquisas de campo dos antropólogos, ele encontrou material para construir uma

²⁵ DURKHEIM, Émile. Representações Individuais e Representações Coletivas (1898). In: **Sociologia e Filosofia** (1924). São Paulo: Ícone, 2004. p. 9-43

²⁶ THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 29, n. 2, p. 7-22, 2003; ___. História Comparada: olhares plurais. **Phoênix**, v. 10, p. 9-30, 2004; ___. História Comparada: olhares plurais. **Revista de História Comparada** v. 1, n. 1, p. 1-23, 2007.

teoria geral do simbolismo, dos rituais e da moralidade. Em todos esses contextos, Durkheim sempre enfatizou que a Sociologia deveria ser uma ciência que utiliza os métodos experimentais, isto é, que toma todas as teorias enquanto hipóteses a serem testadas através de comparações sistemáticas controladas”.²⁷ É dessa “tradição sociológica”, a durkheiminiana, que se pode compreender a “dupla natureza do conceito de comparação” (um ato cognitivo/epistemológico e uma opção metodológica).²⁸

Mas, ainda aqui, a nação é amada, à moda francesa, tanto quanto a sociologia comparativa:

Certamente, como já mostrei, devemos chegar a sentir que os conceitos mais elementares não são os mais objetivos; que a realidade, ao contrário, é infinitamente complexa; que só poderemos chegar a exprimi-la muito lentamente, com muito trabalho, sempre contando com a ajuda de sistemas complexos de conceitos distintos; que talvez jamais obtenhamos mais do que uma expressão imperfeita. (...) Ainda mais uma vez, nosso problema não é o de buscar obter ideias claras, isto é, racionalizar as coisas, mas ter permanecido durante muito tempo em uma forma muito elementar e simples de racionalismo, em um racionalismo muito fácil. Nós podemos, pois, adquirir um sentimento um pouco mais vivo acerca daquilo que há de mais complexo nas coisas, sem abdicar de tudo aquilo que é excelente nessa tendência essencial de nosso temperamento nacional.²⁹

Essas observações durkheiminianas constam das suas dezoito lições sobre **A Educação Moral**, preleções de um curso ministrado na Sorbonne no ano letivo de 1902-1903 e que foram publicadas, pela primeira vez, em 1925. A décima oitava lição, portanto, a última, versa sobre “a cultura estética e o ensino histórico” e se inicia com a ideia de que “se compara a arte a uma brincadeira” e onde se compara “uma aula de história” a “uma exposição de fatos”. Mas é o “nacional incomparável” que Durkheim nos impõe como o historicamente singular: “Nossa maior glória nacional, à qual somos mais apegados, não está precisamente nessas ideias

²⁷ COLLINS, Randall. **Quatro Tradições Sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 47.

²⁸ Esse último aspecto é desenvolvido por REBUGHINI, Paola. A comparação qualitativa de objetos complexos e os efeitos da reflexividade. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia Reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 237-261.

²⁹ DURKHEIM, Émile. **A Educação Moral**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 269.

humanistas que difundimos por todo mundo?”.³⁰ Um espectro rondava a velha Europa: uma plêiade de nacionalismos quanto de humanismos.

Com efeito, também parece certo que entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, as correntes positivistas, idealistas e formalistas não deixavam de sensibilizar as ciências culturais com as suas radiantes “fisionomias espirituais” (a expressão é de Jacques Le Goff). Das duas primeiras correntes pode-se dizer que “eram adversários sérios” e que “possuíam doutrinas formadas, metodologicamente precisas, elaboradas e detalhadas”. A rigor, foram definidas por P. N. Medviédev como adversárias que “tinham escola e tradição”. Entretanto, Medviédev está mais preocupado com as “premissas históricas do desenvolvimento do formalismo da Europa Ocidental” para criticar os formalistas russos como “os bons inimigos” dos estudos marxistas.³¹ Carlos Alberto Faraco, autor de um dos mais significativos estudos sobre “as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin” pergunta sobre essa “virada linguística” de origem sociológica se os seus protagonistas seriam realmente marxistas – M. Bakhtin, P. N. Medviédev e V. N. Volochínov – e se seriam “filósofos ou cientistas?”³²

Os primeiros grandes críticos do “formalismo russo” – cuja principal característica morfológica seria “extremo modernismo e negação radical do passado” – tentariam construir uma “ciência das ideologias” através de caminhos semelhantes e comparados da “poética sociológica” (P. N. Medviédev) e da “ciência da linguagem” (V. N. Volochínov). O primeiro, em **O Método Formal nos Estudos Literários**: introdução crítica a uma poética sociológica (1928) defenderá que “os estudos literários são um dos ramos do vasto campo da ciência das ideologias” e que, efetivamente, a ciência e a literatura estariam entre as “formações ideológicas mais refinadas”. Para Medviédev, “especificações e diferenciações” são perigosas apenas no “terreno do positivismo” que, do ponto vista metodológico, obtém a unidade “à custa da confusão e de toda sorte de substituições”. Assim, ainda segundo o autor (historiador da literatura, teórico e crítico literário), o “historiador

³⁰ DURKHEIM, Émile. **A Educação Moral**, Op. Cit., p. 258-270.

³¹ MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O Método Formal nos Estudos Literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. [1928]. Tradução: Ekaterina Vólkova e Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012. p. 87-91.

³² FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009. p. 26-40.

marxista não tem motivo para temer o ecletismo e a substituição da história da literatura pela história da cultura”, pois para o seu campo epistemológico estaria garantida “a unidade concreta do princípio e do método”.³³

No ano seguinte, V. N. Volochínov, ao publicar **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (1929) permite inferir a hipótese de que se a palavra “é o modo mais puro e sensível de relação social”, então a comunicação, além de semiótica, não deixa de ser, também, comparatista e contrastiva. Estamos, portanto, nos domínios dos signos, na “esfera ideológica” onde “existem diferenças profundas”, pois eles representam, refratam, refletem, distorcem o mundo histórico. Portanto, o sentido semiótico da história somente é apreensível na medida em que os sujeitos históricos realizam uma “operação comparativa” que rompe com qualquer ilha mental ou a nação como “ideia mística obscura” – a expressão é de Émile Durkheim. Assim, para Volochínov, “Nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um sentido, permanece isolado: *torna-se parte da unidade da consciência verbalmente constituída*”.³⁴ A ironia é que tanto Medviédev quanto Volochínov precisaram escrever à sombra de Bakhtin cujo “círculo” foi canonizado como “clandestino” na primeira década estalinista (1924-1936). O Instituto de Estudos Comparados das Literaturas e Línguas do Ocidente e do Oriente, fundado em 1921, dentro da Universidade de Petrogrado, não deixou de ser instituição comparatista efervescente, que foi duramente reprimida com execuções de pesquisadores críticos. Com a polêmica das autorias subsumidas o “Círculo de Bakhtin” se tornou um campo de comparações intelectuais e históricas.³⁵ Portanto, poéticas e métodos sociológicos e ciências da linguagem se atravessavam em conjunturas históricas imersas em campos de conhecimento que se comparavam e

³³ MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O Método Formal nos Estudos Literários**: introdução crítica a uma poética sociológica, Op. Cit., p. 43, 51, 73.

³⁴ VOLOCHÍNOV, Valentin N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. [1929]. 13.^a ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012. p. 31-39.

³⁵ As novas abordagens sobre as autorias dos textos fundadores dos críticos do “formalismo russo” e de situações documentais em perspectiva estão documentadas e discutidas em BRANDIST, Craig. **Repensando o Círculo de Bakhtin**: novas perspectivas na história intelectual. Tradução: Helenice Gouvea e Rosemary Schettini. São Paulo: Contexto, 2012.

se contrastavam. Não seria incorreto afirmar que, entre 1880 e 1930, “o fato é conquistado contra a ilusão do saber imediato”.³⁶

Afirma-se que as três primeiras décadas do século XX foram prodigiosas em produzir manifestos e revoluções, mas não seria menos importante lembrar que, também, elas seriam ricas em pessoas e obras que afinaram métodos sociológicos e historiográficos e que, de uma forma ou de outra, ultrapassavam seus respectivos campos científicos. Ao contrário do que afirmou Fernand Braudel em texto clássico, “história e ciências sociais: a longa duração” (1958) e reafirmou Peter Burke, mais recentemente, não houve “diálogo de surdos” entre sociólogos e historiadores. Decerto que há “historiadores sociais” e “historiadores rankeanos do Estado”.³⁷ Para superar essa “mesmidade” argumentativa e para quem pratica o “ofício do historiador” é preciso colocar em perspectiva a historicidade de um “itinerário de longa duração”.³⁸

Do Método Comparativo à História Comparada

Agora chegou o momento de tentar reconstruir a historicidade do método comparativo no campo da historiografia. Já temos a estrada feita por Neide Theml e Regina Maria da Cunha Bustamante a partir da “História Comparada: olhares plurais” (2003). A questão é não se perder nesse caminho que corta uma densa floresta epistemológica. Não há dúvida que, no século XX, a obra comparatista marcante foi **Os Reis Taumaturgos** (1924), de Marc Bloch, que não deixou, como já foi observado, de ser influenciada pela sociologia durkheiminiana e dita o método comparativo no campo da historiografia.³⁹ O subtítulo na língua original parece ser uma boa pista, “estudo sobre o caráter sobrenatural atribuído ao poder

³⁶ BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**, Op. Cit., p. 23. Ver, também, GUIDDENS, Anthony. **Em Defesa da Sociologia: ensaios, interpretações e réplicas**. São Paulo: Unesp, 2001. p. 181-215.

³⁷ BURKE, Peter. **Sociologia e História**, Op. Cit., p. 9-11; ___. **História e Teoria Social**, Op. Cit., p. 16-18.

³⁸ AGUIRRE ROJAS, Carlos. Tese sobre o itinerário da historiografia do século XX: uma visão numa perspectiva de longa duração. In: MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos. (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: Edusc, 2007. p. 13-30.

³⁹ José D’Assunção Barros, em importante ensaio sobre a contribuição de Marc Bloch sobre o “campo historiográfico da história comparada”, demonstra como se transitou de um “viés” para o método. BARROS, José D’Assunção. História Comparada – Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007.

régio, particularmente na França e na Inglaterra”. A obra apresenta três partes que se complementam na abordagem: a primeira, “As origens”, em dois capítulos, tenta encontrar “os primórdios do toque das escrófulas” – os primórdios do rito francês e os primórdios do rito inglês – sendo finalizada com a política dinástica e os dois primeiros soberanos – o francês e o inglês – capazes de “curar doentes”; a segunda, “Grandeza e vicissitudes das realezas taumatúrgicas”, começa descrevendo a popularidade do ato curativo régio até o final do século XV na “França capetíngia e na Inglaterra normanda” e se fecha, depois de seis capítulos, com o declínio e morte do milagre régio, “primeiro na Inglaterra, depois na França”; a terceira parte, “A interpretação crítica do milagre régio”, num único capítulo, conclui que “as representações coletivas e ambições individuais” dos reis e dos povos, como fatos empíricos, constituíram-se, na verdade, pela “força das ilusões coletivas”.

Nos dois prefácios de Marc Bloch, datados de outubro e dezembro de 1923, não há menção ao método comparativo, apenas uma referência à “etnografia comparada” no agradecimento ao irmão médico que o teria ajudado a entender os grandes problemas da “psicologia religiosa”. Na pequena introdução à tese, Marc Bloch não se mostra um comparatista entusiasmado, à moda durkheiminiana, mas escreve uma frase sintomática: “Um livro deve conter em si mesmo sua apologia”. Na medida em que a introdução vai sendo lida, Bloch se deixa confessar que não podia considerar os ritos de cura de forma isolada, era preciso entender o “maravilhoso monárquico” nas tendências gerais da mentalidade coletiva. É melhor citá-lo nesse ponto:

Esses ritos serviram-me de fio condutor para estudar, particularmente na França e na Inglaterra, o caráter sobrenatural que por longo tempo foi atribuído ao poder régio, aquilo que poderíamos chamar (usando um termo que os sociólogos desviaram ligeiramente de seu significado inicial) a realeza mística. [...] Suas origens escapam ao historiador da Europa medieval e moderna; na verdade, simplesmente escapam à história; só a *etnografia comparada* parece capaz de projetar alguma luz sobre elas”.⁴⁰

⁴⁰ BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. [1924]. Prefácio: Jacques Le Goff. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 43-44. Os prefácios de **Os Reis Taumaturgos**, datados de 1923, são do mesmo ano em que Henri Pirenne proferiu discurso sobre o “método comparativo em história” no V Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado em Bruxelas. A tese defendida no discurso foi proferida sob o impacto do

Somente ao argumentar que a sua tese seria uma contribuição à história política é que Marc Bloch se define pelo método comparativo: “Por força das próprias circunstâncias, este ensaio de história política”, argumenta o autor, “precisou tomar a forma de *um ensaio de história comparada*, tanto porque a França e a Inglaterra tiveram ambas reis-médicos quanto porque a ideia da realeza maravilhosa e sagrada foi comum a toda a Europa ocidental”. Segue-se o postulado que pode ser designado como a defesa do comparatismo universal: “a evolução das civilizações de que somos os herdeiros só ficará mais ou menos clara se um dia formos capazes de considerá-la fora do quadro demasiado limitado das tradições nacionais”.⁴¹ Ao final dessa consideração, Bloch remete o leitor a uma nota de rodapé em que admite a dificuldade do método acolhido, em virtude da conjuntura de guerra na época da pesquisa:

nem sempre consegui manter o equilíbrio entre os dois países cujos destinos queria seguir paralelamente. Talvez às vezes a Inglaterra fique um pouco sacrificada. Lá, acredito que pude, com alguma minúcia, estudar a história dos ritos curativos quase tão completamente quanto na França, mas não a história da realeza sagrada em geral.⁴²

Mesmo depois dessa grande obra comparatista, Marc Bloch não cessou de considerar e aplicar o método comparativo aos seus trabalhos, embora, como se sabe, a primeira geração dos *Annales* fosse reticente às abstrações teóricas. No

“constrangimento nacionalista” e dos milhares de novas sepulturas advindas do desfecho da Primeira Guerra Mundial. O historiador belga parecia sensível a uma história menos nacional, vista como puramente descritiva e defendia os “nacionais comparáveis” num esforço metodológico para a explicação dos processos históricos. Os comentadores de Henri Pirenne acreditam que sua postura era mais para a defesa de uma “história universal”, do tipo civilizacional, perspectiva que apareceria na sua formidável tese **Maomé e Carlos Magno**: o impacto do Islã sobre a civilização europeia, publicada em 1935, mesmo ano de sua morte. Parece que Henri Pirenne é mais presente em estudos de “história econômica comparada”, especialmente na América Latina. Um exemplo disso consta no **Boletín de Historia Económica**, Asociación Uruguaya de Historia Económica – AUDHE (2008). Conferir, também, sobre outros campos de comparação, os ensaios de PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, n. 145. USP, s/p., 2001; ___. Repensando a história comparada na América latina. **Revista de História**, n. 153, p. 11-33, 2005; PRONKO, Marcela. História comparada e integração regional. VII ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 7, Campinas, 2006. **Anais Eletrônicos...** Campinas: Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-americana e Caribenha, 2006.

⁴¹ BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra, Op. Cit., p. 45. Grifo meu.

⁴² Ibidem. p. 321, nota 6.

ano de 1928, ele publicaria, na importante **Revue de Synthèse Historique**, o artigo “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, no qual destaca as similaridades e sincronizações num método que, segundo seu receio, “pode muito, mas não pode tudo” para arrematar que “em ciência, não há talismãs”. Seus comentadores críticos viram nesse ensaio um verdadeiro “programa de história comparada”, mas com a cautela de apenas “comparar aquilo que é comparável”, uma medida para se afastar dos sociólogos (durkheimianos) já que a sociologia havia se estabelecido como “a ciência da comparação”. Com que atraso os inovadores *annalistes* chegaram a essa verdade inconsútil pela frase de Bloch: “O futuro, talvez, de nossa ciência custará esse preço”.⁴³

Mais tarde, numa obra de especialista, *A Sociedade Feudal* (1939-1940), Marc Bloch escreveria o Livro Terceiro, denominado “A feudalidade como tipo social e a sua ação”, onde compara Europa e Japão, que, em sua visão, haviam desenvolvido “feudalismos similares”. No tópico, “Um corte de história comparada”, Bloch adota uma posição firme, depois de sumariar as “duas feudalidades”, adota a seguinte conclusão: “A feudalidade não foi um acontecimento que teve lugar uma só vez no mundo”.⁴⁴ Na verdade, Bloch exagera erudição em feudalidades ocidentais, orientais, impondo ao leitor “inquéritos comparativos” que o fizeram um medievalista “incomparável”.

Na obra inacabada **Apologia da História** – Como e por que trabalha um historiador, subtítulo depois retirado –, publicada postumamente (1949) por

⁴³ BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades europeias [1928]. In: __. **História e Historiadores**. Textos Reunidos e Prefácio: Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150. As relações de Marc Bloch com o método comparado de Émile Durkheim são discutidas em DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos Annales à nova história (1987). São Paulo: Ensaio, 1994. p. 71-83; e, por LE GOFF, Jacques. Prefácio de **Os Reis Taumaturgos**, Op. Cit., p. 9-37; __. Prefácio de **Apologia da História**, em edição anotada por Étienne Bloch, edição brasileira de 2001, p. 15-34. Peter Burke aceita a crítica de que ao adotar a “história comparativa”, Marc Bloch foi “durkheimiano um pouco demais”. Ver BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia**: a escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Unesp, 1991. p. 27-37.

⁴⁴ BLOCH, Marc. A feudalidade como tipo social e a sua ação. In: __. **A Sociedade Feudal** [1939-1940]. Tradução: Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1979. p. 503-511. Bloch assim discorre sobre as feudalidades: “Na verdade, o mais rápido dos inquéritos comparativos basta para mostrar que entre as características distintivas das sociedades feudais devemos incluir a quase coincidência estabelecida entre a classe dos chefes e uma classe de guerreiros profissionais, que serviam da única maneira que então parecia eficaz, isto é, como cavaleiros pesadamente armados”. Op. Cit., p. 506. Utilizei a edição do Digital Source, que pode não ter a mesma paginação da edição em papel.

Lucien Febvre, seu amigo de Estrasburgo e dos *Annales*, Marc Bloch reforça a ideia de que “não existe conhecimento verdadeiro sem uma certa escala de comparação”. Entretanto, impõe uma condição limitando o comparatismo universal e adotando o que se poderia chamar de comparatismo histórico, pois seria uma verdade que “a aproximação diga respeito a realidades ao mesmo tempo diversas e não obstante aparentadas”.⁴⁵ É sintomático que Bloch termine o capítulo III com um tópico chamado “tentativa de uma lógica do método crítico” referindo-se, com frequência, aos testemunhos. Pois para Bloch, para que “um testemunho seja reconhecido como autêntico, o método, vimos isso, exige que ele apresente uma certa similitude com os testemunhos vizinhos”.⁴⁶ Reflexões “diversas e aparentadas” marcariam o discurso historiográfico de Bloch em relação à tradição sociológica de Émile Durkheim, ora rendendo-lhe tributos ora vendo-a perigosa e imperialista. Pensou-se, é certo, nessa obra inconclusa no “ofício do historiador” (subtítulo definitivo), mas não seria desproposital se tivesse ficado, não sem alguma dose de ironia, “as regras do método historiográfico”, e, ao seu final, perspectivas de um cientista sábio, à moda durkheiminiana, a “história, não esqueçamos, ainda é uma ciência em obras”.⁴⁷

Depois de 1950, o processo de descolonização que começa a ocorrer na África e na Ásia, faz com que as historiografias europeia e norte-americana percebam os seus “nacionalismos exacerbados”. Peter Burke chamará a atenção que o método comparativo, no contexto da “história, modelos e tipos”, permite buscar as comparações e, ver nelas, o que “não é evidente”, e compreender “as diferenças”, mas isso tudo que o historiador inglês aborda ainda está na seara da conquista do capital acadêmico e do “diálogo de surdos entre sociólogos e historiadores”.⁴⁸ Na década de 1990, em importante ensaio, o historiador Heinz-Gerhard Haupt, procurou demonstrar que a história comparada teve um lento desenvolvimento na França e apontou três razões “nacionais” desse atraso: a) a tradição de estudos regionais e locais na historiografia francesa; b) a tradição

⁴⁵ BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou **O Ofício do Historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 65.

⁴⁶ *Ibidem*. p. 109-124.

⁴⁷ *Ibidem*. p. 151.

⁴⁸ BURKE, Peter. **Sociologia e História**, Op. Cit., p. 9-11; ___. **História e Teoria Social**, Op. Cit., p. 29-33.

paradigmática da historiografia contemporânea francesa e de sua relação com a política revolucionária (laicidade, republicanismo, marxismo); c) a tradição particularista da historiografia francesa e o mito de fundação da França moderna (1789). Ao final, Haupt lembra que sem a “internacionalização da pesquisa e da vida universitária” essa lacuna persistirá apesar dos apelos de Marc Bloch, ainda na década de 1920, para que a historiografia ultrapassasse as fronteiras nacionais.⁴⁹ Os ensaios de síntese da década de 1980 para cá, destacam o desenvolvimento de estudos comparativos nos campos da economia, política e literatura. Nessa perspectiva, afirmam Neide Theml e Regina Maria da Cunha Bustamante: “evidencia-se um rompimento ou questionamento das fronteiras e referências tradicionais” e, ao mesmo tempo, “uma desconfiança em relação a uma concepção evolucionista e progressista, originária do etnocentrismo da cultura ocidental”.⁵⁰

Neide Theml e Regina Bustamante destacam a criação, na década de 1960, do Centro de Pesquisas Comparadas sobre as Sociedades Antigas, com a presença dos pesquisadores Jean Pierre Vernant e Marcel Detienne. Nas décadas seguintes, O CRCSA (sigla em francês) se tornaria uma referência nos “estudos comparativos” e em pesquisas e reflexões compartilhadas. Novas instituições e novos pensares permitiram superar, em parte, as hierarquias racializadas das culturas e foi possível, então, o aparecimento, no final do século XX, do livro de Marcel Detienne, **Comparar o Incomparável** (2000), traduzido no Brasil no ano de 2004. Segundo as autoras, a obra desse antropólogo helenista marca uma virada comparatista:

A inovação da proposta comparativa de Detienne contradiz o dito popular “*on ne peut comparer que ce qui est comparable*”, razão que motivou o título do livro, que, ao mesmo tempo em que sintetiza sua abordagem, sinaliza o desafio ao senso comum e ao estabelecido. Parte-se do princípio de que tudo está em comparação, implícita ou

⁴⁹ HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (Orgs.). **Passados Recompuestos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998. p. 205-216.

⁵⁰ THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. Op. Cit., p. 9. “Para além do etnocentrismo” consta em BURKE, Peter. **História e Teoria Social...** Op. Cit., p. 269-275.

explicitamente. A História como conhecimento implica em comparação constante.⁵¹

Deve-se pontuar que essa inovação é desconstrucionista e, mais especificamente, desconstrucionista do fator nacional. Assim pensa o historiador Alexandre Santos de Moraes: “O desconstrucionismo de Marcel Detienne é canalizado para a tradição historiográfica que se situa no nascedouro da própria historiografia”. Para Moraes, esse nascedouro seria o século XIX, “junto aos esforços de Ranke”. Melhor seria dizer esforços oitocentistas, pois vimos que ao “fustigado” Ranke soaria estranha uma indumentária nacionalista. Todavia, o autor, ao seguir os passos de Marcel Detienne, incita-nos a pensar numa determinada tradição historiográfica: “A História teria rejeitado qualquer tipo de diálogo que produzisse saberes relacionais, já que estava excessivamente afogada pelas águas das fronteiras nacionais. A Nação se tornou a âncora que impediu o navegar pelos mares que levariam ao desconhecido, chame-se ele Ásia, África, Oceania ou América. O mundo torna-se necessariamente bárbaro diante da civilidade assumida como paradigma pelos historiadores franceses, alemães e ingleses”.⁵²

Assim, a abordagem comparativa de um modelo que se estabeleceu, o **Modelo Detienne**, pode conter a seguinte operação historiográfica: a) construção de objetos de pesquisa a partir de projetos individuais inseridos numa equipe; b) construção de conjuntos de problemas; c) construção de um “campo de exercício de experimentação comparada”.⁵³

A rigor, Marcel Detienne procura levar adiante a parte mais ambiciosa da proposta de Émile Durkheim, contida em **As Regras do Método Sociológico**, justamente aquela que Marc Bloch teve receio de aprofundar nos estudos historiográficos.⁵⁴ A comparação de unidades contíguas, especialmente nos marcos

⁵¹ THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. Op. Cit., p. 10. nota 32.

⁵² MORAES, Alexandre Santos de. Marcel Detienne e os Caminhos do Comparatismo. **Revista de História Comparada**, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2009.

⁵³ THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. Op. Cit., p. 12-14.

⁵⁴ Parece ser nessa passagem das **Regras** que Marc Bloch procurou se distanciar quando Durkheim afirma que a vida social “é uma sequência ininterrupta de transformações, paralelas a outras que se

nacionais, adotada por Bloch, era o lado mais “racionalista” do método durkheimiano. A comparação entre estruturas apartadas no tempo, mas também no espaço, seria a face mais sugestiva de ultrapassagem do racionalismo em voga. Foi esse programa mais arrojado de pesquisas comparatistas que Marcel Detienne procurou retomar com os seus estudos. É disso que se trata, choque de comparatismo, numa de suas afirmações mais provocantes, depois do próprio título da obra: “Felizmente, houve também a violência heurística do incomparável”.⁵⁵ Entretanto, já se sugeriu que, mesmo essa radicalidade heurística, não eximiu o “último comparatismo” de sua “inclinação iluminista”.⁵⁶

Parece certo que Marcel Detienne empreende uma atitude cruzadística em relação ao muro heurístico da comparação, muito bem construído por Bloch – “só comparar o que é comparável” –, fórmula que considera ridícula se pensada, por exemplo, na anatomia e na linguística comparadas. Para Detienne, o francês Bloch continuou encerrado em Estrasburgo, um nacionalista de fronteira: “quando um antropólogo encontrar um historiador, ele deve saber, no momento de saudá-lo, que a História – falo da ciência – nasceu nacional, ao passo que a Antropologia sempre foi naturalmente comparativa”.⁵⁷ Não resta dúvida que Detienne, na sua fortaleza de “antropólogo helenista”, fustiga Bloch, o cauteloso comparatista e medievalista fundador dos *Annales* que recebe da pena do ironista a alcunha de “São Marc Bloch”. Senão, a quem se dirigiriam essas palavras notáveis, tão cheias de “violência heurística”? Vale a pena citá-las:

Além do mais, desde a década de 20, do século XX, os historiadores mais reputados se regozijam de retomar a fórmula, embora ela proíba a

produzem nas condições da existência coletiva; e não temos à nossa disposição somente aquelas que se ligam a uma época recente, pois grande número de outras, pelas quais passaram povos hoje desaparecidos, chegaram até nós”. Durkheim não deixa de produzir uma ironia involuntária ao afirmar logo a seguir que “apesar de suas lacunas, a história da humanidade é muito mais clara e completa do que a das espécies animais”. DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**, Op. Cit., p. 117. Imaginem se uma historiografia francesa, nascida na fronteira de Estrasburgo, fosse se indagar sobre o desaparecimento dos franceses como um dos “povos humanistas” do Ocidente.

⁵⁵ DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. [2000]. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2004. p. 50.

⁵⁶ Trata-se do debate “acerca do perfil epistemológico da história comparada” que consta no denso ensaio de RUST, Leandro Duarte; Lima, Marcelo Pereira. Ares pós-modernos, pulmões iluministas: para uma epistemologia da história comparada. **Revista de História Comparada**, v. 2, n. 1, p. 1-27, 2008.

⁵⁷ DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**, Op. Cit., p. 31.

comparação além do círculo estreito do imediatamente *comparável*, um horizonte restrito à opinião dominante de um meio e de um saber garantido de antemão diante do que é incomparável. Nenhum antropólogo recorre a tal provérbio. A fórmula pareceria incongruente até na boca do mais encarniçado defensor de seu ‘terreno’ ou de sua concessão.⁵⁸

Com efeito, a “virada comparativa” proposta por Marcel Detienne parece que se consolidou depois de seus olhares estruturalistas sobre a história dos mitos da “autoctonia grega”. No seu ensaio “O mito: Orfeu no mel”, escrito em 1971, e publicado junto ao “manifesto annaliste”, **Fazer História** (1974), Detienne ainda argumenta na perspectiva de “novos objetos” antropológicos para o historiador de ofício numa visada estrutural que se insinua comparativa. Trata-se, salvo engano, do primeiro texto de Marcel Detienne publicado no Brasil, no qual afirma que “os modelos estruturais do mitólogo não podem passar sem as análises do historiador”.⁵⁹ Entretanto, o que aparece como mais elucidativo da virada comparativa, é a perspectiva de fustigar a nação ao apresentar uma “história global” frente às mitologias locais:

Porém à história factual do antiquário e do trapeiro que cruzam a mitologia, gancho na mão, felizes de descobrirem aqui e ali um fragmento de arcaísmo ou a recordação fossilizada de algum acontecimento “real”, a análise estrutural dos mitos, determinando certas formas invariantes através de conteúdos diferentes, opõe uma história global que se inscreve na longa duração, mergulha sob as expressões conscientes e assinala, sob a aparência movente das coisas, as grandes correntes inertes que a atravessam em silêncio. Primeira vantagem para a história de hoje, que se duplica em outra: escrutando os mitos neles mesmos, nos seus próprios modos de organização, o historiador do mundo grego empreende, por sua vez, determinar algumas propriedades gerais do pensamento mítico, confrontando-o com os problemas de uma sociedade onde o advento de um pensamento filosófico inédito modifica, sem dúvida, o funcionamento dos mitos, mas sem os condenar, por isso, a um definhamento imediato.⁶⁰

⁵⁸ DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**, Op. Cit., p. 10.

⁵⁹ DETIENNE, Marcel. O mito: Orfeu no mel. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Orgs.). **História: novos objetos**. Tradução: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 65. A obra comparatista e desconstrucionista de Marcel Detienne vem sendo editada no Brasil. Nos últimos quinze anos seus livros mais importantes foram traduzidos: **A Invenção da Mitologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998; **Comparar o Incomparável**. Aparecida: Idéias & Letras, 2004; **Os Gregos e Nós: uma antropologia comparada da Grécia Antiga**. Rio de Janeiro: Loyola, 2008; **A Identidade Nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

⁶⁰ DETIENNE, Marcel. O mito: Orfeu no mel, Op. Cit., p. 65.

Nas décadas seguintes, Marcel Detienne radicaliza, obra após obra, a violência heurística a que diz ter chegado ao final do século XX, desde os “traçados de fundação” até a “arte de amoedar”. Nas obras individuais e coletivas o “olhar comparatista” coloca em perspectiva eventos e processos “sem fronteiras de tempo e espaço”.⁶¹ Essa radicalidade heurística não seria o próprio fim da historiografia? Não resta dúvida que seria o cemitério das “historiografias nacionais”. As primeiras críticas ao “comparar o incomparável” se afiguram como reações sobre certa negligência ao peso dos eventos nacionais contemporâneos e um excesso de helenismo em perspectiva.⁶² Mas Detienne, que muito se debruçou sobre a vida cotidiana, escreveria um tranquilo manifesto em defesa das aproximações comparatistas entre os antropólogos e os historiadores que conseguiram ultrapassar o cálice do sangue pátrio:

De modo mais pedestre, os historiadores de então admitem sem dificuldade que, interessando-se pelo cotidiano, pelas maneiras de comer, de crer ou de amar os homens do passado, eles contribuem para um melhor saber das sociedades humanas tão felizmente quanto os etnólogos que partem para terras longínquas e se interrogam sobre formas de mudanças, modelos de historicidade e, cada vez mais frequentemente, sobre as transformações raciais de culturas há muito marcadas pelo arcaísmo que delas esperamos. Os historiadores então redescobriram, sob uma forma ligeiramente diferente, um domínio que espíritos curiosos não tinham deixado de explorar: o dos usos e costumes com seus contextos.⁶³

Entretanto, depois de certos eventos nacionais presentistas do final do século XX e, talvez, ao responder aos seus primeiros críticos de uma história “sem fronteiras de tempo e espaço”, Marcel Detienne retomaria a violência heurística, desta vez para cobrar as responsabilidades da “mesmidade” da nação amada e, ao mesmo tempo, fustigar os perigos que o ofício do historiador pode encravar nas lutas políticas que deságuam no cotidiano da vida e da morte. Trata-se de uma passagem que não deixa incólume a instituição historiadora e não permite que os seus artesãos descansem em suas zonas de conforto:

⁶¹ DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**, Op. Cit., p. 147-149.

⁶² MORAES, Alexandre Santos de. Marcel Detienne e os Caminhos do Comparatismo, Op. Cit., p. 8-11.

⁶³ DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**, Op. Cit., p. 43.

Toda uma parte da pesquisa atual em história da história pretende compreender como historiadores, ao mesmo tempo no ensino e na escrita, reforçaram e muitas vezes modelaram as mitologias nacionais que logo se tornam nacionalistas. Sem dúvida, será preciso também começar a avaliar sua “responsabilidade” como ela apareceu na violência do genocídio de 1994 em Ruanda ou nos massacres perpetrados em nome de uma “Grande Sérvia” ficcionada por acadêmicos e historiadores oficiais.⁶⁴

A indagação possível, daqui para frente, parece ser apenas uma que, a rigor, invade as ciências da cultura que são, também, as ciências do espírito não mais triunfante, mas humilhado e ofendido.

Quem precisa da nação?

Referências Bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, Carlos. Tese sobre o itinerário da historiografia do século XX: uma visão numa perspectiva de longa duração. *In*: MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos. (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: Edusc, 2007. p. 13-30.

BARROS, José D’assunção. História Comparada – Um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, p. 1-30, jan/2007.

_____. História Comparada – Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007.

_____. **O Campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou **O Ofício do Historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. [1924]. Prefácio: Jacques Le Goff. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Por uma história comparada das sociedades europeias. *In*: _____. **História e Historiadores**. [1995]. Textos Reunidos e Prefácio: Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-157.

⁶⁴ DETIENNE, Marcel. **A Identidade Nacional, um enigma**, Op. Cit., p. 93.

___ **História e Historiadores**. [1995]. Textos Reunidos e Prefácio: Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998.

___ A feudalidade como tipo social e a sua ação. *In*: ___ **A Sociedade Feudal** [1939-1940]. Tradução: Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1979. p. 503-511.

Boletín de Historia Económica, Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Económica – AUDHE, n. 7 (Sobre o método comparativo), p. 18-50, 2008.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDIST, Craig. **Repensando o Círculo de Bakhtin**: novas perspectivas na história intelectual. Tradução: Helenice Gouvea e Rosemary Schettini. São Paulo: Contexto, 2012.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia**: a escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Unesp, 1991.

___ **História e Teoria Social**. São Paulo: Unesp, 2012.

___ **Sociologia e História**. Porto: Afrontamento, 1980.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. [1975]. Tradução: Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Prefácio: Albertina Cunha. Petrópolis: Vozes, 2011.

COLLINS, Randall. **Quatro Tradições Sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. [2000]. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2004.

___ **Os Gregos e Nós**: uma antropologia comparada da Grécia Antiga. Rio de Janeiro: Loyola, 2008.

___ **A Identidade Nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

___ O mito: Orfeu no mel. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Orgs.). **História**: novos objetos. Tradução: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 52-67.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos Annales à nova história (1987). São Paulo: Ensaio, 1994.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. [1895]. Tradução: Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

___ . Representações Individuais e Representações Coletivas (1898). *In: Sociologia e Filosofia* (1924). São Paulo: Ícone, 2004. p. 9-43.

___ . **A Educação Moral**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História** [1952]. Lisboa: Presença, 1985.

FLORES, Elio Chaves. **Margens do Atlântico: Intelectuais Afro-Brasileiros e Africanos (1944-1988): Relatório de Pesquisa**. João Pessoa: UFPB/Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

GUIDDENS, Anthony. **Em Defesa da Sociologia**: ensaios, interpretações e tréplicas. São Paulo: Unesp, 2001.

HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. *In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (Orgs.). Passados Recompuestos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998. p. 205-216.

HOLANDA, Sergio Buarque. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. *In: ___ . Ranke: História*. São Paulo: Ática, 1979. p. 7-62. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/index>>.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. A história como ciência: ofício do historiador. *In: ___ . História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996. p. 105-127.

___ . Prefácio. *In: BLOCH, Marc. Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. [1924]. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 9-37.

___ . Prefácio. *In: BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. [1949]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 15-34.

MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos. (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: Edusc, 2007.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

___.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e Introdução: Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATA, Sérgio da. Ranke reloaded: entre história da historiografia e história multiversal. **História da Historiografia**, n. 6, p. 247-251, mar. 2011.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O Método Formal nos Estudos Literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. [1928]. Tradução: Ekaterina Vólkova e Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012.

MORAES, Alexandre Santos de. Marcel Detienne e os Caminhos do Comparatismo. **Revista de História Comparada**, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2009.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, n. 145, p. 127-149, 2001. Disponível: <www.redalyc.org>. Acesso: 25 set. 2012.

___ . Repensando a História Comparada na América Latina. **Revista de História**, n. 153, p. 11-33, 2005. Disponível: <www.redalyc.org>. Acesso: 25 set. 2012.

PRONKO, Marcela. História comparada e integração regional. VII ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 7, Campinas, 2006. **Anais Eletrônicos...** Campinas: Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-americana e Caribenha, 2006.

RANKE, Leopold von. O conceito de história universal. *In*: MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 202-215.

___ . Heródoto e Tucídides. **História da Historiografia**, n. 6, p. 252-259, mar. 2011.

REBUGHINI, Paola. A comparação qualitativa de objetos complexos e os efeitos da reflexividade. *In*: MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia Reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 237-261.

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA. Disponível em: <<http://www.hcomparada.historia.ufrj.br>>.

RUST, Leandro Duarte; LIMA, Marcelo Pereira. Ares pós-modernos, pulmões iluministas: para uma epistemologia da história comparada. **Revista de História Comparada**, v. 2, n. 1, p. 1-27, 2008.

SAUSSURRE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. [1916]. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro blikstein. 34^a. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 29, n. 2, p. 7-22, 2003.

__. História Comparada: olhares plurais. **Phoênix**, v. 10, p. 9-30, 2004.

__. História Comparada: olhares plurais. **Revista de História Comparada**, v.1, n. 1, p. 1-23, 2007.

VOLOCHÍNOV, Valentin N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. [1929]. 13.^a ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012.

WHITNEY, William Dwight. **A Vida da Linguagem**. [1875]. Tradução e Prefácio à Edição Brasileira: Marcio Alexandre Cruz. Petrópolis: Vozes, 2010.